



CARTA DE RECIFE

EM DEFESA DA DIGNIDADE HUMANA E DA DEMOCRACIA

A Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCED) é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, de âmbito nacional, que atua na defesa dos direitos humanos da infância brasileira. Faz-se presente em 16 Estados e no Distrito Federal a partir da ação desenvolvida pelos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECAS) filiados, que se unificam pela missão de proteção jurídico-social de direitos humanos de crianças e adolescentes.

A ANCED/Seção DCI Brasil tem como missão contribuir para a implementação integral da Política de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, assegurando, em especial, o acesso à justiça para efetivação de seus Direitos Humanos com vistas a um Estado e a uma sociedade democrática e sustentável. Sua visão institucional consiste em ser expressão proativa do coletivo de entidades filiadas, capaz de fortalecer e articular ações comuns referenciais de defesa de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

A ANCED/Seção DCI Brasil se constitui enquanto membro da sociedade civil organizada, com todo o conteúdo progressista e revolucionário que essa expressão comporta, buscando centrar sua atuação nos paradigmas éticos e políticos dos direitos humanos. Por conta disso, suas atividades têm lastro nos princípios da dignidade humana, da não discriminação, da emancipação, da diversidade, da participação, sempre na defesa do reconhecimento de identidades e autonomias, pela garantia de direitos, a serem conquistados de maneira democrática e participativa.

Atualmente, o Brasil, através de seu governo golpista, descortina um período bastante preocupante em relação às garantias e manutenção dos direitos, sobretudo, os direitos fundamentais para a dignidade da pessoa humana.

Sem amplo debate com a sociedade, na contramão das garantias de direitos, foi aprovada a Lei 13.467/2017, intitulada de “Reforma Trabalhista”, que precariza as relações de trabalho, corroborando para um desemprego assustador, o que impacta, portanto, as famílias brasileiras, principalmente as mais pobres. Não bastasse tamanha insanidade, o governo golpista de Michel Temer, aliado com grande parte do congresso



nacional conservador, editou a Emenda Constitucional 95, que congela os investimentos públicos, em especial, para a Política de Assistência Social, Educação e Saúde. Infelizmente, o Brasil, sob a égide de uma política econômica ultraneoliberal (que não foi aprovada pelas urnas no pleito eleitoral de 2014), beneficia o capital financeiro especulativo internacional, implementando um verdadeiro desmonte das empresas públicas – fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do país.

Dando continuidade ao que chamamos de desgoverno, em 16 de fevereiro de 2018 o Governo Federal anunciou a Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, com exclusiva ação militar. As raízes dessa atitude interventora, em flagrante conflito com a constituição federal de 1988, conclama toda a sociedade a refletir sobre as graves repercussões que se apresentam. Com o uso cada vez mais frequente das Forças Armadas, sobretudo em solo carioca, o Estado brasileiro lança mão de uma alternativa descabida e eleitoreira, ferindo cada vez mais as populações vulneráveis e historicamente violadas em seus Direitos Humanos, nos territórios periféricos. A imagem de fracasso do Estado, no que tange a garantia do direito a segurança pública, reverte-se no perigo iminente da proliferação do uso desproporcional da força, de práticas de tortura e de execuções sumárias, extrajudiciais e arbitrárias por parte de agentes públicos.

Assim, é neste contexto de retrocessos que entre os dias 06 a 08 de junho de 2018, na cidade de Recife-PE, a ANCED/Seção DCI Brasil, em sua 21ª Assembleia Geral Ordinária, esteve reunida com 22 (vinte e dois) Centros de Defesa, debatendo sobre a conjuntura nacional e os desafios das organizações que defendem direitos humanos no Brasil.

Diante deste cenário desolador o coletivo representado em Recife foi motivado a fortalecer a luta por um Estado Democrático de Direitos que hoje está claramente ameaçado. A democracia não se limita a representatividade das urnas, mas é tão importante quanto. Precisamos nos reconhecer nos espaços de participação democrática como conselhos, fóruns e redes. É chegado o momento de resistência democrática e luta pela humanidade.

Numa sociedade em que a violação de Direitos Humanos é sistêmica, na iminente ameaça aos direitos humanos arduamente conquistados ao longo da história, dentre eles a democracia, a sociedade civil organizada precisa ser atuante para incidir



politicamente na interrupção deste ciclo que vitima especialmente aqueles grupos em situação de vulnerabilidade social: crianças, adolescentes, jovens; mulheres; negros; índios; lgbti; entre outros.

Foi com esse espírito que a ANCED/Seção DCI Brasil elegeu em sua 21ª Assembleia Geral Ordinária, como temas prioritários: o enfrentamento à Emenda Constitucional 95 que limita por 20 anos os investimentos nas políticas públicas sociais, o genocídio dos adolescentes e jovens negros no Brasil, a proteção aos defensores de direitos humanos e o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Estas pautas prioritárias não se apresentam de forma fragmentadas e independentes, mas se interligam como resultados deste golpe fascista que ainda está em curso. A ANCED/Seção DCI Brasil assim como suas entidades associadas, comprometem-se a ter nestes quatro pontos definidos, suas bandeiras de lutas em todos os espaços de representação e produção de conhecimento.

Não cabe mais acompanhar a desumanização do Estado brasileiro sem enfrentamento, precisamos ser urgentes na intransigência pela liberdade, democracia e respeito aos direitos humanos.

O momento é agora e o tempo é de união na luta!

Recife/PE, 08 de junho de 2018.

ANCED/Seção DCI Brasil